



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)

Concurso Público



Aplicação: 19/6/2005

CARGO 3:
ANALISTA ADMINISTRATIVO

ESPECIALIDADE:
ARQUIVOLOGIA

MANHÃ
NÍVEL SUPERIOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e dez** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 110, a prova discursiva e espaço para rascunho.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **21/6/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/antag2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/6/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/antag2005.
- III **20/7/2005** — Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.
- IV **21 e 22/7/2005** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **10/8/2005** — Resultado final da prova discursiva e convocação para entrega da documentação para a avaliação de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2005 — ANTAQ, de 7/4/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 110 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 No temário político brasileiro ainda é reservado
pouco espaço à política portuária. Contudo, a idéia de que o
sistema é estratégico tem conquistado a unanimidade. Como
4 é inequívoco também o apoio do empresariado ao modelo
nascido das privatizações. Muitos investimentos foram
realizados, embora ainda não atendam às vastas demandas da
7 atualidade, impulsionadas pelo crescimento das exportações
e pela expectativa de que a economia volte a retomar, afinal,
o ciclo de expansão que a caracterizou por cerca de oito
10 décadas no século passado.

O caminho a percorrer para que o porto evolua da
triste condição de uma dificuldade para uma facilidade tende
13 a ser longo e acidentado. Para diminuir a distância, somente
com muito diálogo. Nesse sentido, existem boas notícias. O
governo tem ouvido os usuários e admite que é imperativo
16 mudar. Por quê? O vazio de políticas públicas provocou toda
sorte de problemas, hoje conhecidos: o número de pessoal
qualificado é pequeno, a infra-estrutura é precária, os preços
19 carecem de transparência, a regulação é frágil e os conflitos
jurídicos tendem a se acumular, provocando autêntico jogo
de soma zero na eficiência do sistema, em um momento em
22 que deveria estar acontecendo justamente o contrário.

O importante é que o governo quer mudanças. A
decisão que ganha corpo no Ministério dos Transportes e na
25 Casa Civil é levar à prática um modelo de administração
portuária mais enxuto, ágil e capaz de integrar todos os
agentes que participam do sistema. Com tal decisão, não se
28 busca apenas a melhoria da infra-estrutura, mas um
planejamento adequado do espaço portuário e da sua
acessibilidade bem como uma gestão integrada que venha a
31 fortalecer as economias regionais.

A acirrada competição internacional impõe postura
realista de competição dentro do país. Se assim for, os portos
34 terão o que é devido aos portos. Caso contrário, estarão
condenados ao atraso e, com eles, a economia brasileira,
no conjunto, e as economias regionais, no particular,
37 continuarão a padecer das dores de endêmica carência de
competitividade. Portanto, é imperativo olhar para o futuro,
com a visão de que porto tem que ser uma facilidade.

Paulo Villa. *Ao porto o que é do porto*. In: *Correio
Braziliense*, 29/5/2005, p. 21. (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, referentes ao texto acima.

1 Na opinião do autor, o sistema portuário, embora deva ser
considerado parte importante da economia brasileira, tem
relevância secundária quando o aspecto a ser levado em
conta é a competição internacional, fato que se justifica pela
ampla utilização do transporte rodoviário no país.

2 Esse texto, dado seu caráter objetivo, decorrente do emprego
de linguagem neutra e direta, poderia iniciar uma ata
elaborada por um órgão público.

3 A mudança que o autor acredita ser necessária na política
portuária poderá ocorrer, de acordo com o texto, se houver
uma postura realista no que se refere à competição interna
nesse setor da economia.

4 “Contudo”, na linha 2, estabelece uma relação de oposição
entre duas idéias: o pouco espaço concedido à política
portuária e a unanimidade de opinião no concernente à
posição estratégica do sistema portuário.

5 Na linha 6, o sinal indicativo de crase pode ser omitido sem
que haja prejuízo para a correção gramatical do texto.

6 De acordo com o texto, o porto é visto como uma
“dificuldade” e como uma “facilidade”. A primeira
expressão refere-se à situação atual do sistema portuário, e
a segunda, ao que é desejável no futuro.

7 O emprego da vírgula tanto após o trecho “Para diminuir a
distância” (ℓ.13) quanto após a expressão “Nesse sentido”
(ℓ.14) é facultativo, o que significa que ambas as vírgulas
podem ser retiradas do texto sem que isso acarrete erro de
pontuação.

8 Na linha 14, as “boas notícias” correspondem ao fato de o
governo ouvir os usuários dos portos e ao de admitir
mudanças para modernizar os portos.

9 A forma verbal “busca” (ℓ.28) tem como sujeito o elemento
“decisão” (ℓ.24) e se complementa por dois objetos: um
direto, “a melhoria da infra-estrutura” (ℓ.28), e outro
indireto, “mas um planejamento adequado do espaço
portuário e da sua acessibilidade bem como uma gestão
integrada que venha a fortalecer as economias regionais”
(ℓ.28-31).

10 Mantendo-se a coerência textual, o último período do texto
poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: **Assim,
é forçoso olhar o futuro, com a visão que o porto deve ser
uma facilidade.**

O Brasil apresentou na Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com Alemanha, Índia e Japão, sua proposta de resolução para a reforma do Conselho de Segurança. O texto prevê a criação de seis novos integrantes permanentes (atualmente há cinco) e mais quatro não-permanentes (hoje são dez). É incerto se os países vão conseguir o apoio necessário para aprovar a resolução. Em setembro, haverá uma conferência maior para tratar de uma remodelação geral da ONU.

A busca por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU é o principal ponto da agenda de política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil tem buscado se consolidar como uma liderança regional, com mediação em vários conflitos, como no Equador.

Folha de S. Paulo, 17/5/2005, p. A8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, relativos à política internacional e à ação diplomática brasileira na atualidade.

- 11 Criada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e estruturada em conformidade com o sistema bipolar que vigorou, com maior ou menor intensidade, até o fim da União Soviética, a ONU hoje está na berlinda e, pelo que o texto deixa transparecer, preocupada em reformar-se para se adequar ao novo cenário internacional.
- 12 A começar pelos Estados Unidos da América (EUA), a atual potência hegemônica, há consenso quanto à necessidade de reformulação do Conselho de Segurança da ONU, inclusive no que concerne à ampliação dos membros permanentes com direito a veto.
- 13 A atual política externa brasileira repete, no discurso e na prática, a diplomacia conduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A diferença é que, sob Lula, o Brasil tem eliminado sobremaneira áreas de confronto com os EUA.
- 14 Na recente crise do Equador, mencionada no texto, a chancelaria brasileira foi decisiva para viabilizar a saída do país do presidente deposto, dando-lhe apoio logístico e concedendo-lhe asilo.
- 15 Em sua estratégia para “consolidar uma liderança regional”, para usar uma expressão do texto, o Brasil tem obtido a adesão incondicional de seu mais importante parceiro na América do Sul, a Argentina, até porque ambos têm consciência de que essa convergência de pontos de vistas é fundamental para o êxito do MERCOSUL.

1 The need to transport large volumes of low-value loads across long distances while facing up to harsh competition in the international market led the Brazilian
4 agricultural sector to be punished the hardest by the high costs of transportation and port fees. In 1995, for example, shipping a ton of soy from New Orleans cost just US\$ 3.00
7 whereas the cost to ship the same product from the Brazilian port of Paranaguá exceeded US\$ 14.00 and the cost to transport the product between the production regions of the
10 US and the same port (an average of 2,000 km) by waterways was just US\$ 16/t. In Brazil it exceeded US\$ 80/t.

In order to overcome the problem, the Brazilian
13 Federal Government has decided to encourage the development of multimode transportation corridors based on the use of some waterways and on the privatization of
16 railroads and ports.

Considering the prospects for the expansion of agricultural borders, plus the existing trade flows of
19 production, and the main consumer markets (including potential markets) in developing and implementing the transportation policy, the Government has decided to
22 establish five corridors: the Northwest, the Central-North, the Northeast, the Central-East, and the Southwest. The Government had already embarked on a process of
25 rationalisation of the management of port labour (one of the lobbies responsible for the high port charges) and has accelerated concessions of private terminals in the main
28 outlet ports. Since the enactment of the Harbour Law in 1993, more than 100 concessions of private and hybrid terminals have been granted.

Internet: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/ingles/economia/agric/logist/apresent.htm>> (with adaptations).

Based on the text above, it can be concluded that

- 16 the cost of transportation is the only setback for the delivery of agricultural products.
- 17 ten years ago, shipping soy from the port of Paranaguá was more expensive than doing it from New Orleans.
- 18 the use of waterways as a means of transportation of goods can be a costly initiative.
- 19 “prospects” (ℓ.17) means **likelihood**.
- 20 the Government has already rationalized the control of harbor work.

Durante muito tempo, o termo processo vinha associado à função jurisdicional. Não se cogitava, no âmbito do direito administrativo, de processo atinente às relações entre administração e cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o termo processo para significar a processualidade administrativa. Por isso, encontra-se esse termo no inciso LV do art. 5.º: “Aos litigantes, em *processo* judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

Odete Medauar. **Direito administrativo moderno**. 9.ª ed. (rev. e atual). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, referentes ao processo administrativo, com base na Lei n.º 9.784/1999 e nas normas constitucionais.

21 A atuação do administrador público que, sem prévio processo administrativo, visando resguardar o patrimônio público, passa a realizar desconto retroativo em folha de pagamento de servidor público, relativo a uma contribuição previdenciária por este devida mas não descontada na época oportuna, não constitui violação do devido processo legal e da ampla defesa, já que o desconto pode ser realizado em decorrência de determinação legal.

22 Eventual exigência legal de depósito recursal prévio, em processo administrativo, é inconstitucional, pois tal exigência configuraria impedimento ao exercício do direito do duplo grau obrigatório, do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

23 Caso ao final da instrução de um processo administrativo um servidor obtenha decisão desfavorável da autoridade administrativa, da qual ainda caiba recurso, não estará ele obrigado a esgotar a instância administrativa para ter direito a recorrer ao Poder Judiciário.

Acerca da disciplina dos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

24 À palavra competência, na terminologia técnica adotada no direito administrativo, é dado o sentido de capacidade ou habilidade que detém um servidor público para editar um ato administrativo.

25 Os atos administrativos cabem, em princípio, aos órgãos do Poder Executivo, mas autoridades de outros poderes, como do Poder Judiciário, por exemplo, também têm competência para editar atos dessa natureza quando no exercício de atividades administrativas.

26 A ausência de previsão constitucional expressa da obrigação do administrador de motivar os seus atos não impede que se exija dele essa motivação com fundamento na adoção da democracia pelo Estado brasileiro, bem como no princípio da publicidade e na garantia do contraditório.

27 O fim de todo ato administrativo deve ser o interesse público, o qual coincide com o interesse público secundário do governo.

A relação entre constituição e sistema econômico ou mesmo regime econômico é freqüente nas constituições modernas, que contemplam em seus textos pautas fundamentais em matéria econômica. Chega-se a falar que, ao lado de uma constituição política, reconhece-se a existência de uma constituição econômica. Julgue os itens a seguir, acerca da construção constitucional da ordem econômica.

28 O princípio da função social da propriedade, previsto como um dos princípios gerais da atividade econômica, é um corolário do direito individual e fundamental à propriedade, mas explícita, ao mesmo tempo, uma possibilidade de restrição a esse direito, com a finalidade de atender ao bem-estar da comunidade.

29 A Constituição Federal de 1988 autorizou o Estado a intervir no domínio econômico, seja como agente normativo, seja como agente regulador.

30 O princípio constitucional da livre concorrência impede qualquer interferência estatal na livre iniciativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base no conhecimento arquivístico sistematizado, julgue os itens a seguir.

- 31 Apesar de ser elemento de um processo funcional, o documento de arquivo é concebido, de início, como um elemento isolado desse processo.
- 32 Documentos de arquivo de proveniências diversas podem compor um mesmo fundo, desde que se refiram ao mesmo objeto.
- 33 Na definição de um fundo de arquivo, a noção de proveniência pode ser associada à noção de recolhimento ou à de produção.
- 34 Ao se situar demasiadamente alto o nível de competência funcional ao qual corresponde o fundo de arquivo, corre-se o risco de retirar da noção de fundo seu verdadeiro significado.
- 35 O princípio da unicidade deve estar incluído na raiz da organização e do funcionamento dos arquivos.
- 36 Documentos que se refiram exclusivamente a uma instituição não devem ser confundidos com o fundo arquivístico dessa instituição.
- 37 Os períodos que compõem o ciclo de vida dos documentos de arquivo podem ser caracterizados pela sua frequência de uso e pelo tipo de utilização que deles é feita.
- 38 Se um organismo extinto A transfere suas competências a outro organismo já existente B, o fundo do organismo extinto A será fechado e o fundo do organismo B lhe dará continuidade.

A gestão dos documentos públicos deve basear-se no conhecimento arquivístico e na legislação vigente no país. Com base na Resolução n.º 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), julgue os seguintes itens.

- 39 Os órgãos públicos que possuem arquivo central e arquivo intermediário deverão optar por um deles para o cumprimento da fase intermediária de seu acervo.
- 40 Os processos de aposentadoria de servidores públicos devem ser guardados por 100 anos, antes de sua eliminação.
- 41 A classificação e o arquivamento de documentos são operações que ocorrem durante o processo de gestão de documentos.
- 42 Na classificação de documentos públicos, um dos elementos a ser considerado é a estrutura dos órgãos que produzem esses documentos.
- 43 O prazo precaucional dos conjuntos documentais deverá ser cumprido nos arquivos permanentes.
- 44 Os documentos de valor secundário poderão ser eliminados após sua microfilmagem, desde que respeitados os critérios e padrões estabelecidos em lei.
- 45 No que se refere a documentos de orçamento e finanças, aqueles relativos a créditos adicionais poderão ser eliminados após 5 anos, a contar da data de aprovação das contas do órgão.

A respeito da análise diplomática e tipológica dos documentos de arquivo, julgue os itens subsequentes.

- 46 O tipo documental é a configuração que o documento assume de acordo com a disposição e a natureza de sua informação.
- 47 Na análise tipológica a partir da diplomática, parte-se da espécie. Portanto, a identificação diplomática de um documento independe das características do conjunto.
- 48 Os documentos diplomáticos são aqueles de natureza estritamente jurídica que refletem, no ato escrito, as relações entre o Estado e os cidadãos.
- 49 O relatório de atividades constitui uma espécie documental utilizada nas instituições públicas para o registro das atividades por elas desenvolvidas.
- 50 O memorando é um documento diplomático informativo, utilizado para comunicação interna em organizações do serviço público.
- 51 Os documentos de ajuste são documentos pactuais, representados por acordos de vontade entre duas ou mais partes.
- 52 A efetivação da análise tipológica, a partir da arquivística, exige conhecimento prévio da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora.

Julgue os próximos itens, referentes ao gerenciamento das informações públicas.

- 53 Cabe às instituições públicas coordenar a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos em seus acervos.
- 54 O plano de classificação é um instrumento básico na gestão das informações arquivísticas e começa a ser aplicado na segunda idade do ciclo vital dos documentos.
- 55 No momento de planejamento do tipo documental, é definido o suporte no qual a informação será registrada.
- 56 Os valores primário e secundário dos documentos de arquivo também podem ser chamados de valores imediato e mediato, respectivamente.
- 57 Na operação de movimentação, preparam-se os documentos para o devido encaminhamento aos respectivos destinatários e para expedição.
- 58 Um documento confidencial datado de 1995 só poderá ser acessado em 2005, pelo público em geral, se desclassificado pela autoridade competente.

Com relação aos serviços de difusão em arquivos, julgue os itens que se seguem.

- 59 A publicação de catálogos seletivos e edições comemorativas contribui na divulgação do acervo de um arquivo.
- 60 Na divulgação dos arquivos, as exposições devem ser evitadas, pois expõem os documentos a fatores agressivos à sua conservação.

- 61 A aproximação estudante-documento pode ser feita por meio do contato direto do aluno com as fontes primárias.
- 62 No atendimento aos estudantes, o arquivista é o elo entre o jovem e os instrumentos de pesquisa.
- 63 Na visita de escolares aos arquivos, os locais não abertos aos consulentes também poderão ser visitados, inclusive o processamento técnico.

Considerando a legislação arquivística brasileira em vigor, julgue os itens que se sucedem.

- 64 As agências reguladoras do governo federal poderão, a seu critério, aderir às normas emanadas pelo CONARQ, de acordo com a Resolução n.º 19/2003.
- 65 A cessação de atividade de instituição pública e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
- 66 Compete aos integrantes do CONARQ implementar a racionalização das atividades arquivísticas, de forma a garantir a integridade do ciclo documental.
- 67 A gestão arquivística de documentos digitais deverá prever a implantação de um sistema eletrônico de gestão arquivística de documentos, que adotará como requisito funcional a integração com sistemas legados.
- 68 Quando da transferência de acervos arquivísticos ao Arquivo Nacional, caberá ao órgão produtor do acervo a elaboração do termo de transferência.
- 69 Os arquivos de entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social.
- 70 As associações profissionais de arquivistas e as instituições mantenedoras de cursos superiores de arquivologia contam com representação no CONARQ.

Quanto aos procedimentos a serem adotados para o planejamento, construção e adaptação de prédios de arquivo, julgue os próximos itens.

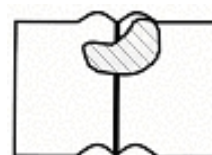
- 71 As salas destinadas à triagem e seleção de documentos devem ser instaladas próximas ao laboratório de restauração, objetivando o encaminhamento dos documentos para restauro.
- 72 É recomendável armazenar os filmes, os discos, os registros eletrônicos e as fitas de áudio em ambientes climatizados, preservando-os de intempéries.
- 73 Os espaços do prédio do arquivo devem obedecer ao seguinte escalonamento: 50% para depósito de documentos, 40% para os serviços técnicos e administrativos e 10% para o público.
- 74 O clima seco de Brasília – DF recomenda a construção de andares subterrâneos para os prédios de arquivo.
- 75 Na montagem das estantes nos depósitos, deve-se prever um espaço mínimo de 0,70 m para a largura dos corredores.

Acerca dos procedimentos operacionais propostos pela Resolução n.º 10/1999, do CONARQ, adotados na microfilmagem de documentos, julgue os seguintes itens.

- 76 É proibida a microfilmagem de documentos que ainda estejam em trâmite.
- 77 A indicação dos símbolos utilizados na microfilmagem dos documentos constará no primeiro rolo, dispensando-se os demais rolos dessa indicação, de modo a facilitar a identificação do usuário.
- 78 Todo e qualquer documento microfilmado poderá ser reproduzido, a pedido do usuário.
- 79 Na imagem de encerramento da série microfilmada, é obrigatório constar a identificação do detentor dos documentos microfilmados, além de outros elementos.
- 80 O símbolo apresentado a seguir indica numeração incorreta de página.



- 81 A legislação arquivística brasileira faculta a microfilmagem de todos os documentos produzidos no âmbito da instituição geradora como forma de garantir a integridade dos documentos.
- 82 Na microfilmagem de documentos, o símbolo mostrado abaixo, de uso obrigatório, indica que o original está deteriorado.



- 83 No caso de ser identificado um novo conjunto documental de uma série microfilmada, esse conjunto será microfilmado posteriormente.
- 84 O logotipo e a identificação da instituição que detém o acervo a ser microfilmado devem constar em todos os rolos.

No que se refere à legislação que respalda a política de acesso a documentos adotada no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 85 Aplica-se o mais alto grau de sigilo para os documentos públicos que revelem informações que possam comprometer a segurança do Estado e da sociedade.
- 86 No caso de ocorrer a reclassificação de documentos, considerar-se-á a data do último despacho atribuído ao documento.
- 87 Os prazos a serem adotados na classificação dos documentos em uma das categorias de sigilo serão computados considerando a data de produção dos documentos.

Acerca da política de descrição documental, julgue os próximos itens.

- 88 Os inventários e os catálogos são considerados instrumentos parciais.
- 89 Objetivando orientar o usuário quanto aos fundos existentes no arquivo, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o catálogo seletivo.
- 90 Os objetivos da atividade de descrição incluem a identificação, a classificação, a avaliação e o arquivamento dos documentos.
- 91 Um dos preceitos apontados por Schellenberg para a política de descrição documental consiste na descrição pormenorizada, o que auxilia a pesquisa realizada pelos usuários.
- 92 Segundo Bellotto, a política descritiva deve priorizar os fundos desconhecidos pelos pesquisadores, fornecendo novas fontes de pesquisa.
- 93 Nos inventários, devem constar informações sobre a localização e os serviços prestados pelos arquivos.
- 94 A finalidade do catálogo consiste em descrever todo o acervo, abrangendo os fundos em sua totalidade.
- 95 Repertório é a denominação atribuída anteriormente ao catálogo seletivo.
- 96 Na área de notas da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, Isad (G), devem constar informações importantes não contempladas nas outras áreas.
- 97 O arranjo interno adotado na organização do fundo será indicado na área de acesso e uso, segundo a Norma Isad (G).
- 98 Os inventários apresentam descrição analítica.
- 99 A elaboração dos instrumentos de pesquisa é um dos requisitos para o cumprimento da função social dos arquivos.

No tratamento técnico a ser dispensado aos acervos fotográficos, há que se identificar os processos utilizados na sua composição. Dessa maneira, julgue os itens subsequentes, relativos aos primeiros processos utilizados na reprodução de fotografias.

- 100 O processo daguerreótipo possibilitava a reprodução de cópias das fotografias.
- 101 O processo fotográfico que utilizava papel salgado na reprodução denomina-se calótipo ou talbótipo.
- 102 A utilização do colódio como emulsão associado a uma placa de vidro, formando o negativo, caracteriza o processo ambrótipo.
- 103 O processo de fotografia albuminada foi utilizado em cartões de visita.

A respeito dos arquivos permanentes, julgue os itens a seguir.

- 104 Os alunos de ensino médio e fundamental inserem-se nas categorias de usuários frequentes dos arquivos permanentes.
- 105 Nessa fase, as funções arquivísticas desenvolvidas são o registro, o arranjo, a descrição e a difusão do acervo.

Acerca dos elementos constitutivos dos documentos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

- 106 Os selos e carimbos constituem os sinais de validação do documento.
- 107 A situação espacial e a temporal constituem elementos obrigatórios aos documentos.

A produção de documentos digitais tem crescido significativamente, principalmente nas grandes instituições. Com relação a esse tipo de documento acumulado pelas instituições arquivísticas, julgue os itens seguintes.

- 108 O conceito adotado para documento arquivístico digital consiste em identificá-lo como um documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional.
- 109 Tal como ocorre com os documentos microfilmados, concluído o processo de digitalização, os documentos originais podem ser descartados.
- 110 As instituições arquivísticas públicas brasileiras carecem de instruções básicas referentes ao gerenciamento dos documentos digitais.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Quando o assunto é transporte, as hidrovias são apontadas como alternativas de menor custo e impacto ambiental do que rodovias e ferrovias. (...) Produtos agrícolas e minérios de algumas regiões do Brasil, como, por exemplo, do Centro-oeste, precisam vencer longas distâncias até o destino. Os gastos com a comercialização, nesses casos, são elevados, já que, dos principais meios de transporte existentes, predomina o rodoviário, que é o mais caro. Com isso, os mesmos produtos, de locais que usam o transporte hidroviário, acabam ficando com um custo final bem menor, como no caso da soja produzida em algumas regiões norte-americanas em relação ao produto brasileiro do Centro-oeste.

Internet: <<http://www.comciencia.br/200404/reportagens/06.shtml>> (com adaptações).

Os principais portos do Brasil estão operando no limite de sua capacidade, o que só contribui para o aumento do custo logístico. Hoje, o escoamento de produtos por portos e rodovias custa, em média, US\$ 10 por tonelada. Mas esse valor poderá passar para US\$ 40 nos próximos dez anos se os problemas de transporte não se resolverem. A estimativa é do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Época Negócios, 22/11/2004, p. 6 (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo em que seja discutida a relevância do transporte aquaviário para o desenvolvimento econômico brasileiro, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- competitividade no mercado internacional;
 - vantagens ambientais.
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	